



UM CADERNO POR TESTEMUNHA

Isabelle de Luna Alencar Noronha
isabelledeluna@hotmail.com
(UFPB)

Resumo

O caderno escolar é um objeto da sala de aula que pode oferecer valiosas informações sobre o desenvolvimento de práticas que na escola se estabelece. Ele se constitui num elo em que pode transparecer: o conteúdo efetivamente trabalhado na sala de aula pelo professor; os conteúdos que trazem o livro-texto no qual o ensino de disciplinas se introduz; o que pensam alunos e professores sobre os mais diversos assuntos, desde questões pessoais àquelas que dizem respeito à organização do trabalho didático-pedagógico. Do ponto de vista de sua materialidade pode ser analisado como um dispositivo pedagógico da escrita normatizada, pode dizer sobre culturas de escola e questões políticas e sociais. Atualmente, mesmo em tempos de era digital, o caderno escolar ainda ocupa o seu lugar na organização do trabalho pedagógico da escola, de professores e de alunos. Na ótica do mercado o caderno é um produto de consumo em franca expansão de comercialização devido, dentre outros fatores, ao crescimento da escolarização. Assim, cada vez mais atraentes em cores, formas e gravuras, encontram-se nas vitrines de lojas e papelarias espalhadas por todo o mundo. A partir da década de 1980 o estudo sobre os cadernos escolares tem conquistado espaços de pesquisas no âmbito da história da educação. Os pesquisadores o buscam com os mais diversos objetivos, dentre os quais citamos a história da cultura escrita, a história da infância, história do currículo, das instituições escolares, da vida cotidiana nas salas de aulas e nas instituições educativas, as culturas e memórias escolares. Ao texto que ora se apresenta interessa o caderno escolar como objeto-testemunha de uma organização didático-pedagógica do ensino primário. Trata-se do caderno de uma normalista do início do século XX, anos 1929-1930. O estudo insere-se na nova história cultural com as concepções teórico- metodológicas que esta defende e é parte de um projeto-pesquisa que está em sua fase inicial. Como resultados parciais encontramos no caderno escolar analisado que o método ativo ocupa um lugar de destaque na organização do trabalho pedagógico do início da década de 1930, identificando práticas educativas permeadas pelos valores da Nova República.

Palavras-chave: Educação. Ensino. Caderno Escolar.

*O que está escrito em mim comigo ficará guardado, se lhe dá
prazer.*

A vida segue sempre em frente, o que se há de fazer.

*Só peço a você um favor se puder não me esqueça num canto
qualquer.*

O Caderno (Toquinho - Mutinho)

Como diz a canção em epígrafe “a vida segue sempre em frente”, e ao tempo em que segue vai construindo histórias: a história da vida cotidiana, a história de muitas vidas, a história de civilizações... Conhecer, ler, escrever, contar as muitas histórias que a vida (individual, coletiva) produz é tarefa para poucos, dentre estes estão os historiadores.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

É o historiador-pesquisador que na sua busca incessante pelo saber vai recolhendo vestígios do que “ficou guardado”, do que foi esquecido, do que está por ser lembrado, do que existe. Estes vestígios, fatos e acontecimentos podem estar em qualquer lugar, dentre os quais citamos cartas, fotografias, lembranças, esquecimentos, livros e cadernos. Com eles e a partir deles, analisando, confrontando, recriando o historiador-pesquisador vai construindo narrativas que estabeleçam sentidos, possam criar vínculos entre os acontecimentos, dê ou não sentido ao que se está buscando. Tarefa complexa, carregada de subjetividades, de escolhas, posto que não existe uma pesquisa histórica na qual o historiador se anule completamente. A construção historiográfica é perpassada por labirintos de (in)certezas: revela, esconde, cria, tem/ou deve ter compromisso ético.

A história sobre a qual nos debruçamos para a escrita deste texto veio de um caderno que pertenceu a uma normalista do interior do estado do Ceará, este “não foi esquecido num canto qualquer”, foi guardado e é parte do acervo material de uma instituição escolar, importante colégio de formação de normalistas, do citado Estado.

Segundo Saviani (2008) o processo de criação de Escolas Normais como instituições encarregadas de preparar professores, se deu após a Revolução Francesa quando se coloca, já no século XIX, o problema da instrução popular. A necessidade de universalizar a instrução elementar conduziu à organização dos sistemas nacionais de ensino, que se constituem em escolas segundo um mesmo padrão, o que exigiu a formação de professores em larga escala e o caminho encontrado foi a criação de escolas normais.

Foi no ano de 1835 que, ainda conforme Saviani (2008, p. 8) se criou a primeira escola Normal do Brasil, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro. De uma maneira geral, as escolas normais de nível médio tinham por objetivo preparar professores primários, com modelos de formação de professores que Saviani (op. cit.) chama de “modelo pedagógico-didático”, que considera que a formação propriamente dita só se efetiva com o preparo pedagógico-didático. Considera o autor que ao nível superior de ensino caberia à tarefa de formar os professores secundários, atrelado ao “modelo dos conteúdos culturais cognitivos”, cuja formação esgota-se na cultura geral e domínio dos conteúdos específicos.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Villela (2008, p. 33) analisando o processo de criação desta que foi a primeira escola normal do Brasil, enfatiza que inicialmente não havia intenção de oferecer ao futuro professor da escola primária formação aprofundada em termos de conteúdo, no entanto, a sólida formação moral e religiosa era um objetivo. O método de ensino era o lancasteriano, que ainda segundo a autora supracitada era o preferido dos dirigentes por seu sistema disciplinar, fortemente baseado nas idéias de hierarquia e ordem, valorizadas pelo projeto conservador. A autora coloca que a sociedade hierarquizada da época não admitia em seus quadros mulheres e negros, sendo que as primeiras não eram impedidas formalmente de freqüentar as escolas primárias, a exclusão funcionava através da redução do conteúdo do currículo que enfatizava o saber coser, bordar e os demais misteres próprios da educação doméstica, quanto aos conteúdos escolares apenas ler, escrever e realizar as quatro operações era suficiente a esta classe.

Já na década de 1930 uma outra formação era requerida para uma sociedade que se urbanizava e pleiteava um processo de desenvolvimento modernizante, baseado na industrialização. Assim, outro projeto de instrução estava posto. Tratava-se de formar o trabalhador moralizado e útil a si e ao seu país e este foi adentrando às escolas normais.

Getúlio Vargas no seu projeto de governo desenvolveu a noção de valorização do trabalho como dignificador do homem, noção esta que contrariava até então, a visão de trabalho como castigo, indignidade imposta às classes menos favorecidas.

Nunes (2007, p. 403-404) citando Silvia Yannoulas (1995) traz a discussão o fato de que o processo histórico de divisão sexual do trabalho consagrou certas profissões como femininas. A justificativa para tanto enfatizava a questão reprodutiva (biológica e social) das mulheres e uma suposta essência feminina que a limita ao âmbito privado, especificamente ao lar, enquanto aos homens estava reservado o espaço da produção, o espaço público. Essa bipolaridade de papéis, provocou ao longo dos séculos uma subordinação feminina do ponto de vista econômico, político e sócio-cultural.

A autora coloca que a ascensão das mulheres ao magistério na república não foi apenas permitida foi fomentada num processo que concebeu a tarefa docente a partir de sua feminização, enquanto extensão das atividades domésticas.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A república educadora delegou às professoras primárias, mães e mestras da nação, a tarefa de espalhar um mínimo de homogeneização cultural entre a população heterogênea, consolidar uma identidade nacional e impedir rupturas políticas e civis. As escolas primárias foram legitimadas como instituições transmissoras dos valores inventados fora delas, mas por elas recriados e reproduzidos. (NUNES, 2007, p. 405)

Citando Fernandes (1994), Nunes (op. cit.) acrescenta que ao assumir o cuidado das crianças e a tarefa de educar, as mulheres professoras suportaram a desqualificação e o esvaziamento do seu trabalho, pois tal atividade representada como extensão do trabalho doméstico, não foi considerada criativa, rentável, produtiva e visível.

É importante salientar que mesmo fomentada em âmbito nacional, a carreira do magistério para a mulher não era tão fácil de ser exercida, pois ela estava predestinada a ser mãe e doméstica.

Stamatto (2009, p. 32) quando discute a feminização do magistério traz várias abordagens nesse campo evidenciando uma questão não resolvida. Silva (2002, p. 96) considera a feminização do magistério como uma luta das mulheres para estabelecerem-se profissionalmente, posto ser a escola “extensão do lar”, local em que estariam “protegidas” e continuaram a exercer tarefas “próprias de mulheres”. Perrot (2005, p. 258) considera que esta não é uma conquista, mas a consagração de uma retirada. Para ela (*apud* STAMATTO, *op. cit.*) os setores em que as mulheres entram são progressivamente desertados pelos homens, que buscam a construção de novos espaços para eles.

Nunes (2007), no entanto, enfatiza que mesmo empurradas para a renúncia como sujeitos pensantes, nem todas as mulheres submeteram-se a esse padrão, “Essas professoras, pessoas comuns, fizeram a história mesmo sem o sentimento e a consciência de haver participado de processos definidores dos caminhos das escolas públicas latino-americanas. (MULLER, 1999 *apud* NUNES, 2007, p. 407)

Protagonistas de um projeto de nação, algumas com consciência e determinação quebraram tabus, conquistaram espaços. Outras, mesmo sem saber, pois entre intenções e práticas sempre existiu espaço para contradições, foram moldando e construindo história, porque a história não é determinismo, não é algo dado, mas uma construção cotidiana.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O Brasil dos anos 1930 marcado pela revolução¹, que pôs fim a República Velha, e iniciou o processo de civilização urbano-industrial do país, passa a considerar o povo como “categoria política fundamental” (IANNI *apud* ROMANELLI, 1998, p.53) e a educação como uma ferramenta necessária para o estabelecimento da nova ordem, esta determinou a expansão de escolas, enfatizando o que Nagle (2001) denominou de “entusiasmo pela educação”. Assim, segundo Araújo, Freitas e Lopes (2008, p. 21), em 1930, o novo diretor da instrução pública, Anísio Teixeira, “considera essencial, na reorganização do sistema educacional, o cuidado com o mestre, com seu preparo cultural e técnico, suas condições de remuneração e seus atributos moral e social”, e a educação agora prima por métodos ativos.

Como as normalistas atuaram nesse novo cenário? Além da conquista de um território profissional, elas também estavam diante de um novo paradigma educacional: os métodos ativos.

Pautando-se na nova história cultural como guia teórico-metodológico, a pesquisa da qual esse texto apresenta um recorte está em sua fase inicial e pretende investigar as escritas femininas de normalistas que exerceram a docência, e que por isso passamos a denominar de normalistas-mestras, enfatizando os processos de formação e atuação profissional.

Para Roger Chartier (1990, p. 174), a nova história cultural parte de uma dupla recusa à antiga história das idéias. Primeiramente descrê da liberdade absoluta de criação do sujeito, desligada das condições históricas de possibilidade. Em segundo lugar, não aceita a existência autômata das idéias, deslocadas dos sujeitos. Propõe-se a compreender a racionalidade do discurso na historicidade de sua produção e das relações que estabelece com outros discursos. (CHARTIER, 1990, p. 70 *apud* VIDAL, 2005, p. 12)

Então, na tentativa de compreender a atuação das normalistas-mestras a pesquisa buscou/está em busca dos seus discursos escritos. Uma questão inicial foi posta: o que as normalistas-mestras escreviam? Como ter acesso a essa riqueza material? O primeiro passo que a pesquisa tomou foi visitar acervos de escolas normais e acervos particulares de normalistas-

¹ Segundo Romanelli (1998, p. 47) “o que se convencionou chamar de revolução de 1930 foi o ponto alto de um a série de revoluções e movimentos armados que durante o período compreendido entre 1920 e 1964, se empenharam em promover vários rompimentos políticos e econômicos com a velha ordem social oligárquica.” Leia-se em revoluções, movimentos políticos-sociais.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

mestras do interior cearense, em busca também de uma cultura material² escolar que pudesse trazer a tona práticas educativas das normalistas-mestras, assim, nos deparamos com os cadernos escolares.

Ao utilizar o termo cultura escolar esta pesquisa reporta-se às práticas educativas, que segundo Julia (2001) abrange um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a incorporação dessas condutas e ensinamentos coordenados às finalidades que podem variar segundo as épocas.

Assim a cultura escolar não está apenas expressa em leis e decretos, embora também esteja, não está apenas nos objetos do cotidiano escolar ou nos sonhos e vida de seus membros, embora também esteja, dito dessa forma percebemos que ela (a cultura escolar) não é algo fácil de ser apreendida.

Os cadernos escolares como objetos internos/externos da sala de aula, produto, portanto, da cultura escolar, podem oferecer diversas perspectivas de análise,

Quer se contemple desde a história da infância, da cultura escrita ou da educação, nunca se deve perder de vista que, em última análise, o caderno é produto da cultura escolar, de uma forma determinada de organizar o trabalho em sala de aula, de ensinar e aprender, de introduzir os alunos no mundo dos saberes acadêmicos e dos ritmos, regras e pautas escolares. (VIÑAO, 2008, p. 22)

Assim, temos que,

Cultura escolar é tomada aqui como uma categoria, como um constructo teórico que permite, metodologicamente, operacionalizar a pesquisa e, do ponto de vista analítico, organizar e compreender as múltiplas facetas da experiência escolar. (FARIA FILHO, 2007, p. 196-197)

Os estudos com os cadernos escolares são relativamente novos no campo da história da educação datam da década de 1980, para Viñao (2008), o caderno pode oferecer informações sobre os materiais efetivamente usados em sala de aula por professores e alunos; é um meio de aproximar-se dos estudantes (tema que ficou esquecido pelos historiadores) e estudar o produto de seus trabalhos: exames, cópias, composições, redações, ditados, resolução de problemas, análises gramaticais, cartas, dentre outros. Neste sentido, o livro-texto também se configura como

² A expressão cultura material escolar passou a ser usada na história da educação, influenciada pelos estudos em cultura escolar, pela renovação na área provocada pela nova história cultural (SOUZA,2007).





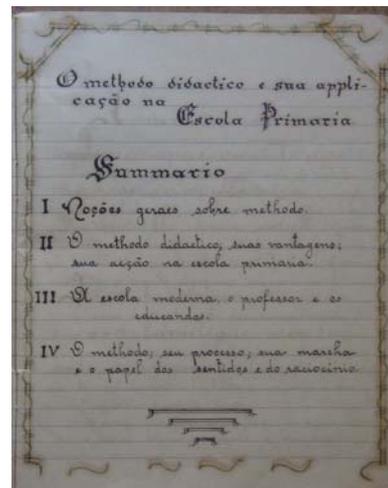
IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

uma importante fonte de pesquisa, assim como os diários de classe, o currículo oficial, o currículo real e o oculto. Neste sentido o caderno escolar é um produto da cultura escolar. Trata-se de uma fonte não menos complexa que outras, figurando, ainda segundo Viñao (2008) no entrelaçamento de três campos historiográficos relacionados, complementares, mas com diferentes interesses: produção infantil/história da infância; produto da cultura escolar/campo da história da educação e espaço gráfico/história da cultura escrita.

É interessante enfatizar que,

O caderno escolar, no seu território próprio, depõe sobre uma pluralidade de significações: orientação do ato educativo em que se captam objetivos políticos e sociais, além de teorias e práticas pedagógicas, relação professor-discípulo no quadro da sala de aula, estética da ilustração dos modelos de escrita e, finalmente, as interfaces econômicas, designadamente comerciais que lhe suportavam a difusão ou decorriam dela. (FERNANDES, 2008, p. 49-50)

Dentre as múltiplas possibilidades de análise que este objeto histórico, produto da cultura escolar tem, localizamos e trazemos para a análise o elemento iconográfico do caderno supracitado que ora estamos estudando.



Fotos 1 e 2 - Caderno de Methodo Didáctico e sua aplicação na escola Primária - 1929-1930

Nas ilustrações que traz o caderno da normalista-mestra percebemos o esmero a dedicação e a importância que estas ocupavam no texto. Isto nos leva a pensar também sobre o tempo dedicado à feitura destas ilustrações e a concluir que não bastava as margens e pautas





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

impresas, era preciso o toque pessoal/especial para identificar o capricho e organização da normalista.

Sejam desenhadas e/ou coladas as ilustrações estão presentes e trazem mensagens, no caso do caderno em pauta: o globo, o livro e a pena (figura 1) não representam o saber? Estes, em meio às flores e folhas não trazem a delicadeza de um saber que é também feminino? e/ou necessário? e/ou perene? Essas suposições não poderão ser confirmadas pela autora que já não está entre nós, mas este caderno aliado a outros documentos históricos podem nos ajudar a conhecer/compreender, como e quais saberes eram construídos nas tramas cotidianas escolares e o papel feminino nesse processo.

A ilustração em evidência com a simbologia do globo representa o mundo do conhecimento que só pode ser conhecido/compreendido através do livro, no entanto, “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, mas esta (a palavra) o identifica, o torna próprio. A pena escreve e revela o domínio da palavra escrita, empodera àquele que a detém. É a revolução da instrução que pode transformar mundos e pessoas, e que é feita, segundo, ao que podemos perceber no desenho da normalista-mestra com amor e delicadeza representado por folhas e flores.

No primeiro capítulo do caderno em pauta, conforme o sumário (figura 2) está as noções gerais sobre método, no qual a autora enfatiza que, “o trabalho é a alavanca do progresso e o método é o ponto de apoio dessa alavanca”.

O método ocupa um lugar de destaque na organização do trabalho pedagógico, mas não qualquer método, a normalista-mestra fala de “métodos ativos”, e escreve: “o trabalho sem método é retrogradação. Por isso mesmo é que o método é a alma da educação. Sem ordem e sem regularidade não pode haver progresso e nem bons resultados”.

Ordem e progresso, o ideal republicano está presente em todo o texto como parte inerente do ato educativo de um país que com ideais de crescimento e desenvolvimento econômico que adentrava o século XX com 65%, portanto mais da metade de sua população com 15 anos e mais, analfabeta e totalmente excluída da escola (RIBEIRO, 1998, p. 81).

Somente a partir da década de 1930, com a industrialização e a conseqüente urbanização, há um crescimento da demanda social para a educação, isto ocorre pelas novas exigências do





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

capital em termos de mão de obra qualificada e alfabetizada. São, portanto, movimentos de transformação na organização da produção e do espaço que passam a intervir e determinar mudanças nos rumos da educação.

Dos cadernos escolares das normalistas-mestras emergem informações sobre a escola no seu existir cotidiano, a autora do caderno supracitado, traz informações dos teóricos da escola nova; dedica um tempo a estabelecer como deve se organizar um ambiente de aprendizagem, “para este fim a moderna pedagogia estabeleceu novas regras higiênicas que se referem ao prédio escolar e ao desenvolvimento da criança.”

Com relação a organização dos espaços Frago e Escolano (2001), chamam a atenção para o fato de que o espaço e a arquitetura escolar serem verdadeiros conteúdos escolares, que ensinam as pessoas pelo simples fato de nela adentrarem. Um espaço-lugar organizado arquitetonicamente para a realização de uma educação escolarizada, assim, os elementos que constituem a cultura escolar devem ser entendidos na dinâmica da própria escola, a organização/seleção dos conteúdos curriculares, as normas, as linguagens, os saberes... “La escuela, a través de estos procesos de apropiación y desarrollo, crea las disciplinas, instrumenta programas y otorga acreditación a los saberes que transmite.” (BENITO, 2006, p. 285)

A questão do desenvolvimento de hábitos de higiene e organização de espaços era uma prioridade da política pública na década de 1930.

O caderno escolar aqui parcialmente examinado traz preciosas informações sobre a cultura escolar, sobre a política social da época em que foi escrito 1929-1930, sobre caligrafia, sobre iconografias, sobre valores morais que permeiam desde a sua organização e escrita até o conteúdo de sua escrita e tantos outros fatores que ainda podem/irão ser explorados.

Constitui-se num objeto-testemunho da cultura escolar de uma escola de formação de normalistas. Também de um paradigma educacional que estava em gestação e que estas normalistas ajudaram a disseminar, entre reproduções e construções, entre fazeres e saberes no cotidiano das escolas em que atuaram como alunas e professoras.

Voltando a epígrafe que inicia o presente artigo, o caderno do qual falamos “não foi esquecido num canto qualquer”, por isso ele pode ser lido, estudado, analisado, conhecido, ele pode dar o seu testemunho. Com este fato quero chamar a atenção para a necessidade de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

preservação de fontes históricas. O interesse por cadernos escolares no campo da história da educação é recente, mas abriu uma enorme possibilidade de diálogo e conhecimento da cultura escolar, no entanto, a sua localização é difícil, pois, devido a vários fatores, poucos foram/são preservados.

Referências

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs). **As escolas normais no Brasil**, do império à república. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

BENITO, Antonio Escolano. Las culturas escolares em el último médio siglo XX. In: **História ilustrada de la escuela en España**. Dos siglos de perspectiva histórica. Agustín Escolano Benito (dirección). Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, p. 267-287

FERNANDES, Rogério. O marco no território da criança: caderno escolar. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Cadernos à vista**, Escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

FILHO FARIA, Luciano Mendes. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas, itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

FRAGO, Antonio Viñao & ESCOLANO, Agustín. **Curriculo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 1998.

JULIA, Dominique. “A cultura escolar como objeto histórico”. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Autores Associados/SBHE, jan-jun. 2001, n. 1, pp. 9-43.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade** na primeira república. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NUNES, Clarisse. Dilemas da modernidade latino-americana: autoria feminina e discurso pedagógico, In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.) **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**, a organização escolar. rev. ampl. 15 ed. Campinas, SP: Autores Associados (Coleção Memória da Educação), 1998.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)** 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. rev. e ampl. Campinas, SP: 2008 (Coleção memória da educação)

SOUSA, Fátima de; VALDEMARIM, Vera Teresa (Orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr (Coleção Educação Contemporânea)

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A feminização do magistério e as prendas domésticas (Brasil século XIX). In: MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. (Org.). **Gênero e Práticas Culturais**, História, Educação e Literatura. Natal: EDUFRRN, 2009.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares, uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUSA, Fátima de; VALDEMARIM, Vera Teresa (Orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr (Coleção Educação Contemporânea)

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira escola Normal do Brasil, concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Antônio de Pádua Carvalho (Orgs). **As escolas normais no Brasil**, do império à república. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

VIÑAO, Antonio. Os Cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). **Cadernos à vista**, Escola, memória e cultura escrita. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

